de 21.01.2019 e,
CONSIDERANDO o Processo nº. 2020/186701,
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares à servidora deste órgão, conforme descrito abaixo:

Matrícula	Servidor	Exercício	Período de Gozo
5420369/2	Terezinha de Jesus Aleixo Feitosa	2019	30/03/2020 a 28/04/2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ELIZABETH LIMA
Diretora Administrativa e Financeira.

Protocolo: 533095

PORTARIA Nº 064/2020-GGP/SEJUDH

Belém (PA), 10 de março de 2020.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo titular do órgão, através da Portaria nº. 005/2019- GGP/SEJUDH, de 03.01.2019, publicada no DOE nº. 33.784, de 21.01.2019 e,

CONSIDERANDO o Processo nº. 2020/186710,
RESOLVE:

EXCLUIR da Portaria nº 023/2020 – GGP/SEJUDH, de 29/01/2020, publicada no DOE nº. 34. 106 de 03/02/2020, a servidora descrita abaixo:

Matrícula	Servidor	Exercício	Período de Gozo
5600391/4	Maria Cancionila de Moraes Thompson	2020	02/03/2020 a 31/03/2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ELIZABETH LIMA
Diretora Administrativa e Financeira.

Protocolo: 533084

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria nº 71 de 11 de março de 2020

O SECRETARIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei 7.029/2007, CONSIDERANDO a necessidade de dar celeridade aos processos licitatórios realizados pela SEJUDH, atendendo sempre aos princípios basilares que norteiam a Administração Pública; e CONSIDERANDO a necessidade de designar nova Comissão Permanente de Licitação, com a finalidade de receber, examinar e julgar todos os documentos, processos e procedimentos relativos a licitações da SEJUDH;
RESOLVE:

Art. 1º. CONSTITUIR a Comissão Permanente de Licitação, responsável por processar e julgar procedimentos licitatórios no âmbito desta secretaria.

Art. 2º. DESIGNAR como membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL, de acordo com o artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os seguintes servidores:

Presidente da CPL: Cláudio da Silva Monteiro – matrícula nº 57202242/0

Membros:

- Samara Souza Castro – matrícula nº 5945869/1

- Júlio Cezar dos Santos Leal – matrícula nº 57230890/1

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

RODRIGO ROLDAN

Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 533105

OUTRAS MATÉRIAS

DESPACHO DO DIRETOR DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON/PA

Em, 13 de março de 2020.

A Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/PA, vinculada a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 44 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, vem a público, divulgar o CADASTRO ESTADUAL DE RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS, referente ao período de 01/01/2019 a 31/12/2019, sendo apresentado por ranking de fornecedores mais demandados, resultado da consolidação das reclamações fundamentadas elaboradas pelo órgão público de defesa do consumidor, cujas informações estão disponibilizadas aos interessados no site: <http://www.procon.pa.gov.br> e na sede do PROCON Estadual do Pará, na Travessa Lomas Valentinas, 1.150 – Pedreira – Belém/PA.

NADILSON CARDOSO DAS NEVES

Diretor do PROCON/PA

Protocolo: 532904

PORTARIA Nº 073/2020-GGP/SEJUDH

Belém (PA), 12 de março de 2020.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo titular do órgão, através da Portaria 005/2019, publicada no DOE 33.785 de 21/01/2019,
CONSIDERANDO a nomeação de Titular no Cargo de Coordenador de Administração e Finanças

R E S O L V E:

REVOGAR a Portaria nº.250/2019-GGPP/SEJUDH de 18/06/2019, publicada no DOE nº.33.899 de 19/06/2019, que Designou a servidora DEBORAH SILVA DE JESUS, matrícula nº 54197974/ 4, ocupante do cargo de Técnica em Gestão Pública - Ciências Contábeis, para responder pelo cargo de Coordenadora de Administração e Finanças - CAFIN, a contar de 12/03/2020.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ELIZABETH LIMA

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Protocolo: 533096

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

Portaria nº 025/2020–GGA/SEDEME

Belém, 12 de março de 2020.

Dispõe sobre Comissão de implementação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME, encarregada de realizar a implementação do (PAE).

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA – SEDEME, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto datado de 17/01/2019, publicado no DOE Nº 32.784 de 18/01/2019 e Portaria nº 04/2019 – GS/SEDEME de 08/02/2019, publicado no DOE nº 32.802 de 12/02/2019;

Considerando os arts. 1º e 21 da Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 2.176, de 12 de setembro de 2018, o qual dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das autarquias, fundações, fundos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista, dependentes do Tesouro Estadual, do Poder Executivo do Estado do Pará;

Considerando o dever da Administração Pública de promover a gestão dos documentos públicos, e ainda a necessidade de modernizar a tramitação de documentos na Administração Pública Estadual, visando a economicidade e a otimização dos recursos, facilitando ainda a rastreabilidade dos documentos, a segurança, a confiabilidade e a integridade da informação.
RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão para implementação do Processo Administrativo Eletrônico no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME, para, sob a presidência da primeira, realizar a implementação do PAE com os (as) seguintes servidores(as):

- CARLA TOCANTINS PAE – Gestor Setorial do PAE;
- MICHELLE ABRAHÃO ABDON – Gestor Setorial Suplente do PAE;
- RAQUEL DOS SANTOS ALBUQUERQUE – Membro;
- ANA CARLA BAIÁ RODRIGUES – Membro.

Art. 2º São atribuições da Comissão de Implantação do PAE:

I-A Comissão deverá realizar a revisão do Organograma da SEDEME na plataforma do Governo Digital;

II-Definir os usuários e nível de acesso;

III-Definir escopo do plano piloto;

IV-Definir o treinamento de usuários multiplicadores;

V-Implantar o piloto, ajustar a utilização conforme resultados do piloto;

VI-Avaliar a implantação e implementar para os demais setores;

Art. 3º – Compete ao Gestor Setorial do PAE;

I - convocar os demais membros, sempre que necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão;

II - abrir, presidir e encerrar as sessões da Comissão, anunciando as deliberações tomadas;

III - resolver questões levantadas, verbalmente ou por escrito, quando forem de sua competência decisória;

IV - determinar a realização das diligências à SEPLAD, necessárias ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

V- praticar os demais atos necessários ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

Art. 4º – São atribuições do suplente do Gestor Setorial do PAE:

I – substituir o Presidente, quando este estiver impossibilitado de exercer suas atribuições;

II - Elaborar as atas das sessões;

III - Auxiliar o Presidente em suas tarefas e atender às suas determinações;

Art. 5º – São atribuições dos demais membros da Comissão:

I - atender às convocações feitas pelo Gestor Setorial do PAE e participar das sessões;

II - auxiliar o Presidente em suas tarefas e atender às suas determinações;

Art. 6º A Comissão terá prazo de 90 (noventa dias) para realizar avaliação de implementação do plano piloto, devendo implementar nos demais setores da SEDEME em concordância com o § 1º do Art. 35 do Decreto 2.176, de 12 de setembro de 2018.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BELÉM-PA, 12 de março de 2020.

LUCIANA BITENCOURT SOARES

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa

Protocolo: 532947

RESOLUÇÃO Nº 007, DE 24 DE JANEIRO DE 2020.

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa BELA VISTA INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE COURO LTDA. – ME. A COMISSÃO DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ, no exercício de suas atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei nº 6.914, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à indústria da pecuária;

Considerando o disposto no Decreto nº 2.491, de 6 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.914, de 3 de outubro de 2006, que